

## **O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO NOVO CURRÍCULO NACIONAL**

### **GT4 – Políticas Públicas e Desenvolvimento**

Ester Maria Teles dos Santos Ferreira<sup>1</sup>  
Lígia Évelyn Pereira Amorim<sup>2</sup>  
Sidérea Santana Soares<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo informar as vantagens da inserção da Educação Financeira no Novo Currículo Nacional. A escolha do tema foi devido à observação da real importância que a Economia e a Matemática representam, uma vez que direcionam o aluno para a vida econômica e financeira, auxiliando-o na tomada de decisões que envolvem cálculos e conhecimento prévio de Economia. A educação financeira como disciplina curricular é imprescindível, visto que é um desafio que muitos adultos não conseguem o sucesso, é notória a necessidade da implantação desse conhecimento. Tendo em vista que, sendo a Educação Financeira um instrumento essencial na vida das crianças, jovens e adultos, que se aplicada desde cedo, pode formar as bases de uma boa relação com o dinheiro ao que se refere à vida, para que sejam adultos comprometidos com o planejamento financeiro. Com base nessas circunstâncias o trabalho desenvolvido partiu da concepção de que se a disciplina em questão for inserida na Educação Básica, durante a fase de desenvolvimento das crianças e adolescentes, eles terão uma melhor compreensão dos temas abordados em sala de aula, no que diz respeito às finanças. Portanto, serão maiores as possibilidades de se tornarem um adulto responsável, no que diz respeito à vida financeira. Partindo do pressuposto de que a disciplina em questão influenciará na boa formação curricular dos discentes, tornando-os bons administradores de suas rendas, cooperando não apenas com essas, mas com a sociedade em que estão inseridos.

Palavras-chave: Educação Financeira. Tomada de Decisões. Disciplina Curricular. Novo Currículo Nacional.

### **1 INTRODUÇÃO**

A escolha do tema de investigação desta pesquisa foi devido à importância da inserção da disciplina Educação Financeira na formação acadêmica do aluno, não somente no histórico

<sup>1</sup> Discente do 3º ano do Curso Técnico em Gerência e Saúde do Centro Estadual em Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CETEP-Itabuna-BA). E-mail: [ester\\_tellez@hotmail.com](mailto:ester_tellez@hotmail.com).

<sup>2</sup> Discente do 3º ano do Curso Técnico em Gerência e Saúde do Centro Estadual em Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CETEP-Itabuna-BA). E-mail: [ligia.amorim42@gmail.com](mailto:ligia.amorim42@gmail.com).

<sup>3</sup> Docente orientadora no Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia e Saúde (CETEP-Itabuna-BA). Graduada em Economia e Licencianda em Matemática pela UESC. E-mail: [siderea centauro@gmail.com](mailto:siderea centauro@gmail.com).



escolar, mas também na formação cidadã, onde o jovem tendo conhecimento na área de finanças implicará direto na boa administração de suas rendas.

A Matemática Financeira foi verificada inicialmente, através dos juros que existem desde os primeiros registros de civilizações, um dos primeiros indícios apareceu na Babilônia no ano de 2.000 a.C, nesta época os juros eram pagos com sementes ou com outras iguarias e conforme as necessidades foram sendo modificadas as formas de pagamentos também. Atualmente, o tempo, as prestações de pagamentos e o valor da taxa podem ser negociados, o que implica na necessidade de um conhecimento prévio de finanças.

O tema Educação Financeira vem sendo bastante discutido atualmente, pois existe um grande número de adultos endividados no Brasil. É de fundamental importância a inserção da Educação Financeira no currículo nacional, pois se fala muito em economia nos jornais, revistas, internet, o que induz a apresentação de números, porcentagens e gráficos, de difícil assimilação por camadas significativas da população.

Por isso, quanto mais cedo à criança for apresentada a questões pertinentes à educação financeira, maior será a probabilidade de a mesma ter um futuro menos endividado e mais organizado.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que 58% das famílias estão endividadas.

O percentual das famílias que têm dívidas em atraso, entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro, é de 24,4% e se mantém mais alto do que no mês anterior (22,9%) e em agosto de 2015 (22,4%) (PEIC, 2016).

Como também, famílias que relataram não ter como pagar as dívidas e que, portanto, permanecerão inadimplentes foi de 9,4%. O resultado também supera o de julho (8,7%) e o registrado há um ano (8,4%).

Para 76,5% das famílias endividadas, o cartão de crédito é o principal tipo de dívida, seguido de carnês (15,3%) e financiamento de carro (11,1%).

O tempo médio de atraso para pagar as dívidas foi de 63,3 dias. Já o tempo médio de comprometimento com as dívidas é de 7,2 meses, sendo que 34,9% possuem dívidas por mais de um ano. Do total das famílias brasileiras, 21,6% têm mais da metade da sua renda comprometida com o pagamento de dívidas (PEIC, 2016).



A importância da educação financeira não está somente na questão de poupar o dinheiro, mas também de ensinar as pessoas a avaliarem as opções de taxas cobradas em uma compra a prazo, portanto quanto menos conhecimento sobre as formas de pagamentos as pessoas tiverem, mais endividadas elas ficarão.

Portanto, infere-se que a implantação da Educação Financeira na Base Curricular Nacional será relevante na formação acadêmica dos discentes, pois os conhecimentos prévios essenciais serão acessíveis, e não sendo apenas como um conteúdo de Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental e do 2º ano e 3º ano do Ensino Médio, referente a juros simples e compostos, os quais são insuficientes para um planejamento financeiro equilibrado. Portanto, a partir da implantação dessa, as instituições de ensino e os professores terão um instrumento de ensino-aprendizagem, como também, implicará em uma influência nas famílias e na sociedade, quanto ao consumo, poupança e investimento.

## **1.1. Objetivos**

1.1.1. Geral: Apresentar a relevância da Educação Financeira como alternativa para compor o currículo nacional.

1.1.2. Específicos:

- Alertar sobre as vantagens do conhecimento financeiro na vida das pessoas;
- Instigar a implantação da Educação Financeira, como disciplina e não apenas, como conteúdo nos livros de Matemática;
- Informar que o conhecimento em finanças é de fundamental importância para saber administrar o dinheiro;
- Contribuir com a cidadania dos discentes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo Skovmose (2000), a Educação Matemática Crítica tem como objetivo apontar práticas de educação eficazes no dia a dia para as demandas atuais. Preocupa-se principalmente em como a disciplina influencia os ambientes culturais, tecnológicos e políticos e as funções que a competência matemática possa satisfazer.



A disciplina Matemática é fundamentada no método tradicional, o que interfere no ensino aprendizagem do aluno. O autor classifica como aulas tradicionais exercícios organizados como uma sequência de ordens: resolva, efetue e calcule, onde os exercícios estão fora de contexto e o material didático é pouco variado.

Skovsmose (2000) afirma que:

Em geral, melhorias na educação matemática estão intimamente ligadas a quebra de contrato didático. Quando inicialmente sugeri desafiar o Paradigma do Exercício, isso pode ser visto também como uma sugestão de quebrar o contrato da tradição da matemática escolar (p. 63).

O autor não pretendeu criar uma classificação estatística e rígida sobre “Exercícios”, mas sim, facilitar as discussões sobre mudanças no ensino aprendizagem da disciplina em questão, Skovsmose cita em seu livro “Desafio da Reflexão em Educação Matemática Crítica” que a Educação Matemática Crítica (EMC), está em um contínuo processo de desenvolvimento. Buscando sempre o aperfeiçoamento de suas ideias e objetivos, para facilitar a aprendizagem dos alunos. Tem preocupação fundamental com os aspectos políticos da Matemática, como o posicionamento crítico e a formação democrática e cidadã.

A Matemática Crítica de Skovsmose tem como objetivo o pleno desenvolvimento da disciplina curricular em questão, como suporte para a democracia. Visa levar aos estudantes a produzir significados para as atividades e conceitos matemáticos.

Sendo assim, buscou-se a Educação Matemática Crítica de Skovsmose, para a fundamentação teórica do presente artigo, com base na importância da Educação Financeira, não como apenas conteúdo da Educação Matemática, mas como disciplina curricular, visando a melhor compreensão dos temas abordados na disciplina em questão, abrangendo assim, as habilidades matemáticas, econômicas e financeiras dos alunos.

### **3 LEGISLAÇÃO**

Na CEF (1988, p.116, art.205) é informado que um dos objetivos da Educação é o pleno desenvolvido da pessoa, no seu preparo para o exercício. O que está inserida a Educação Financeira.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da



pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil CEF, 1988).

Quanto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 1º, § 2º, é destacada a importância de a educação escolar está relacionada ao trabalho e as atividades sociais e isso de alguma forma implicam direto nas habilidades do professor em transmitir saberes da administração do dinheiro e do exercício da cidadania.

A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB, 1996, p.1).

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LDB, 1996, p.7).

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. (LDB, 1996).

Segundo a LDB, apud Soares (2015) a educação básica deverá apresentar os aspectos de pensamento reflexivo e estimular o conhecimento do mundo presente, inserindo de alguma forma também a Matemática Financeira.

#### **4 METODOLOGIA**

Foi realizado um levantamento, através de livros didáticos de Matemática, artigos e sites especializados no tema em questão, também foram coletados dados de censos e institutos de pesquisa, Legislação Brasileira, os quais serviram de base para o campo de pesquisa. Visando a melhor compreensão do tema abordado, para melhoria do desempenho e desenvolvimento do presente artigo.

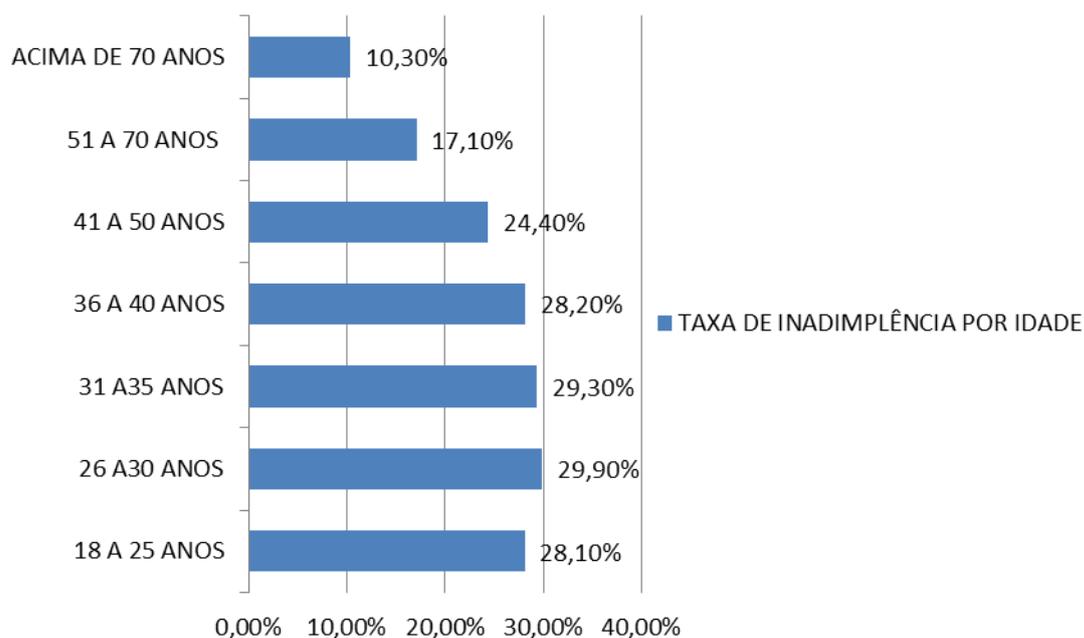
## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vivemos em um mundo globalizado, fazendo parte do sistema capitalista em que se prioriza o consumo desenfreado que é o grande culpado pelo endividamento das famílias brasileiras atualmente.

Segundo a SERASA Experian, (2015), a região Norte é a que mais concentra inadimplências, atingindo 31,1% da população, seguida do Centro-Oeste com 26,4%, região Sudeste com 24,5% e a Nordeste com 23,6% que segundo economistas o interior do Nordeste possui baixo número de inadimplências, pois grande parte dessa população ainda não possui acesso ao crédito, o que resulta em poucos endividados em relação ao tamanho da população. A região Sul é a que menos apresenta inadimplentes com 22,4% da população estando com as contas atrasadas.

Segundo esse mesmo mapeamento a faixa etária que possui mais inadimplente é entre 26-30 anos, onde a taxa chega a 29,9%. Parte da população brasileira endividada é jovem e o grande vilão é o cartão de crédito que segundo o SPC Brasil, chega a 46% no ranking de dívidas dos brasileiros.

Gráfico 1- Inadimplência por Idade



Fonte: Serasa Experian, 2015.



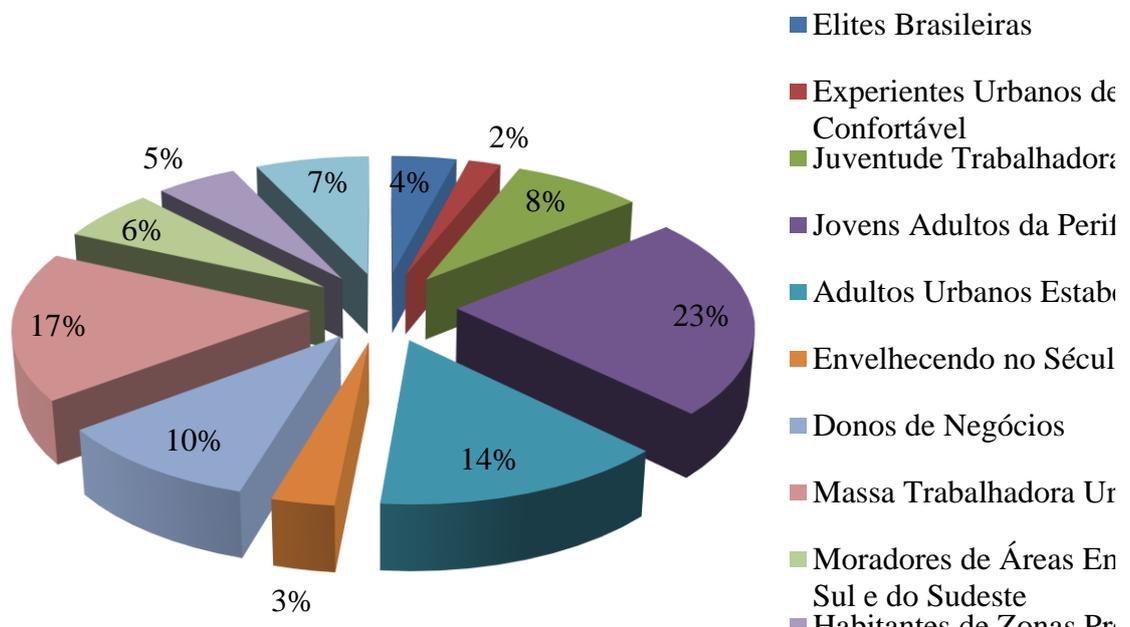
Embora em período de crise econômica tenha contribuído para os consumidores até mesmo jovens tenham mais cautelas na hora de gastar o dinheiro, nessa faixa etária existem muitas tentações por alguns desejos de consumo que continuam tornando-se reféns.

Segundo economista e consultor financeiro Freire, (2015), uma das maiores causas para a irresponsabilidade com o gasto excessivo é a ausência de uma educação financeira ao longo da infância e da adolescência. Por não terem as noções básicas do quanto se gasta, sobre o que se pode ou não ter com determinada renda, a pessoa chega à fase adulta da vida, sem o controle do próprio orçamento.

Para uma grande parte da sociedade, economizar é apenas poupar o dinheiro, desconhecendo as formas de investimento como bolsa de valores, títulos do governo, previdência privada, caderneta de poupança.

Como também, segundo o gráfico abaixo da inadimplência por grupos, observar-se que o maior percentual está entre os jovens adultos da periferia, o que se infere que esses não obtiveram durante o ensino básico informações suficientes quanto ao planejamento financeiro.

Gráfico 2-Inadimplência por Grupos



Fonte: Serasa Experian, 2015.

Infer-se que a Educação Financeira deve ser inserida nas diretrizes curriculares para a educação básica no Brasil, com temas que vão fazer parte da rotina do indivíduo na sociedade, para que ele seja capaz de tomar decisões importantes. A seguir alguns deles:



- A importância e vantagens de um investimento: quanto investir, quanto tempo aguardar o retorno esperado, o retorno real, a taxa de administração quando houver;
- Qual o juro real, considerando as taxas?

A diferença de pagar à vista ou a prazo: pode-se esperar para comprar depois?

- Qual o desconto à vista? O valor das prestações é atraente, mas e a soma do total? Quanto há de gasto, em relação às receitas? Quanto restará para o lazer?
- Qual a capacidade de poupança?
- Qual a melhor opção de comprar um automóvel? Consórcio? Financiamento?
- Previdência Privada? VGBL ou PGBL?
- Realmente há necessidade daquele item que está em promoção? O desconto compensará? A promoção é necessária ou não?
- Cartão de crédito? Como utilizá-lo?

Entre outros, estes exemplos devem ser abordados em sala de aula, trabalhando com o cotidiano dos alunos para ensinar na prática assuntos como: capitalização, valor monetário, noções de finanças e de poupanças, taxas (nominal, efetiva, real, proporcional), juros simples e compostos decorridos em  $n$  períodos. É importante que esses assuntos sejam abordados de forma mais ampla e aprofundada.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escola, nos dias atuais tem como necessidade responsabilizar-se quanto à formação de cidadãos cientes e envolvidos.

A partir da Estratégia Nacional de Educação Financeira instituída por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010, teve como objetivo colaborar com a consolidação da cidadania ao prover e favorecer decisões que ajudassem a população a tomar medidas financeiras mais autônomas e responsáveis.

Assim como, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) deseja implementar no Novo Currículo Nacional a Educação Financeira nas escolas. A CONEF tem como meta gerir a execução e estabelecer projetos, propostas e intervenções da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que tem como objetivo favorecer a educação



financeira e previdenciária no Brasil, além de colaborar com a consolidação da cidadania e para a eficácia e a segurança do Sistema Financeiro Nacional.

Desta forma, as instituições de ensino estariam ampliando os saberes ao aluno para o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão e de relacionar o conteúdo de Matemática com sua realidade além da sala de aula.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho abordou a temática da Educação Financeira, de forma a analisar como a escola pode contribuir na formação de cidadãos economicamente conscientes. A relevância desta pesquisa justificou-se pelo fato de que a temática a ser abordada, embora de extrema importância para a vida de qualquer cidadão, não vem sendo realizada para toda a sociedade de forma ampla, nem mesmo no âmbito escolar, o qual por ser o ambiente onde os indivíduos, geralmente, passam a maior parte de suas vidas, é o espaço privilegiado para a socialização de saberes.

Por conta dessa realidade que se apresenta, é imprescindível uma conscientização das escolas juntamente com o Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais em trabalhar a questão da elaboração de uma proposta pedagógica direcionada para a educação financeira. Atualmente nos livros de Matemática, existe uma pequena parte dedicada a área de finanças. Quando existente, se resume a umas poucas páginas, onde são tratados os juros simples e compostos, quando na verdade existe espaço para a aprendizagem de outros conteúdos.

Sendo assim conclui-se que com a implantação da disciplina, os alunos ao final do Ensino Médio tenham aprendido a lidar com finanças para saber relacionar com as várias situações econômicas do cotidiano, assim como modelar fenômenos em outras áreas do conhecimento, como também, saber apreciar a importância da Matemática no desenvolvimento científico e tecnológico. Além de se tornar o capaz de decidir sobre as vantagens e desvantagens do consumo, da poupança e do investimento.



## REFERÊNCIAS

BALECH, Viviana M. **O QUE É ENEF, CONEF E AEF? – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.** Disponível em: <<http://familiahore.com/o-que-e-enef-conef-e-aef-estrategia-nacional-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 09set. 2016.

BRASIL. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao\\_revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao_revista.pdf)>. Acesso em: 09set. 2016. Disponível em: <<http://www.semanaenef.gov.br/escolas/>>Acesso em: 09set. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 71, de 29-11-2012, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos integrais das Emendas Constitucionais da Revisão. 18ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

(PEIC) Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **CNC: 58% das Famílias Estão Endividadas.** Disponível em : <<http://www.cnc.org.br/noticias/economia/cnc-58-das-familias-estao-endividadas>>. Acesso em: 10 set. 2016.

Freire, Edilson. **15,7% dos jovens brasileiros estão endividados.** Disponível em: <http://www.tribunadahia.com.br/2016/06/02/15-7-dos-jovens-brasileiros-estao-endividados>. Acesso em: 01 Set. 2016.

Lei 9.394 (1994). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Promulgada em 20 de dezembro de 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

**Serasa Experian.** Disponível em: < <https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SKOVSMOSE, Ole. **Desafios da Reflexão em Educação Matemática Crítica.** Campinas: Papyrus, 2008.

SKOVSMOSE, Ole; Educação Matemática Crítica: **A Questão da Democracia.** Tradução de Abigail Lins e Jussara de Loiola Araújo. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2010.

SOARES, Sidérea Santana. **A Educação Financeira Dos Discentes a Partir da Formação do Professor de Matemática.** Anais do IV SIPEMAT em 01 jul. 2015.

**SPC Brasil.** Disponível em: < <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas>>. Acesso em: 23 ago. 2016.